

Termos de Referência

Avaliação de protocolos para uso da força em unidades prisionais e socioeducativas brasileiras com base em parâmetros de Direitos Humanos

Finalidade e Contexto

A Justiça Global e a Omega Research Foundation (Reino Unido) estão em busca de um/a pesquisador/a com experiência e conhecimentos relevantes para conduzir pesquisa e redigir um parecer técnico que avalie a conformidade dos protocolos para uso da força em unidades prisionais e unidades de internação socioeducativas brasileiras com os padrões de direitos humanos. Este parecer e a pesquisa subjacente servirão de base para os esforços de *advocacy* no Brasil na promoção do cumprimento dos padrões de direitos humanos para o uso da força por autoridades públicas em locais de detenção.

A Omega Research Foundation (Omega), juntamente com os parceiros Justiça Global (Brasil), Institute for Security Studies e Legal Resources Centre (ambos da África do Sul), e os associados KontraS (Indonésia) e Anistia Internacional estão conduzindo um projeto de três anos intitulado “Enfrentando os Instrumentos de Tortura e Apoiando Medidas de Reparação”. O projeto busca promover o desenvolvimento e a implementação de mecanismos nacionais, regionais e internacionais eficazes para controlar o uso e promover a responsabilização pelo uso de equipamentos que possam ser usados para tortura ou outras formas de violência ou maus-tratos (“ferramentas de tortura”) em espaços de privação de liberdade.

Este projeto de pesquisa reunirá e analisará os protocolos para uso de força atualmente em vigor em unidades prisionais e unidades de internação socioeducativas brasileiras. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) declarou em 2017 que não conseguiu verificar a existência de protocolos ou regras para o uso de força em nenhuma das unidades prisionais visitadas, e também identificou que o uso de certos tipos de equipamentos de segurança em centros de detenção sem regulamentação e treinamento específicos aumenta o risco de tortura. Em um exercício inicial de coleta de dados, a Justiça Global e a Omega identificaram um pequeno número de protocolos para uso de força que estão em vigor ou estavam em vigor até recentemente.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo principal (para o qual esta pesquisa contribuirá): Promover o desenvolvimento e a implementação de mecanismos nacionais/estaduais efetivos para controlar o uso e promover a responsabilização pelo uso de equipamentos de segurança como ferramentas de tortura ou outras formas de violência ou maus-tratos em espaços de privação de liberdade.



Objetivos específicos:

- Reunir protocolos existentes que regulam o uso da força em unidades prisionais e unidades de internação socioeducativas.
- Analisar se as regras sobre o uso da força estão em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos (incluindo regras sobre tipos específicos de equipamentos de segurança).
- Identificar lacunas nos protocolos de uso de força, particularmente em relação aos meios de força autorizados (por exemplo, regras sobre o uso de cassetetes) e identificar boas práticas.
- Identificar a cadeia de comando para o uso de força e gerenciamento de incidentes.

Produtos da Pesquisa

- Parecer técnico. O tamanho é negociável, mas deve ter no mínimo 5.000 palavras e no máximo 20.000.
- Um post de blog (800-1.000 palavras) a ser publicado no Open Democracy ou plataforma similar. Com base nos resultados da pesquisa e nos eventos em curso na época, indicar preocupações específicas a respeito da regulamentação do uso de força em unidades de privação de liberdade brasileiras, fazendo referência a equipamentos policiais e de segurança.

Cronograma

Há alguma margem para negociar o cronograma, mas será semelhante ao seguinte:

Pesquisa inicial e elaboração de um esboço – 3 semanas

Pesquisa adicional e conclusão do primeiro rascunho – 1 mês

Revisão do primeiro rascunho pela Justiça Global/Omega – 2 semanas

Incorporação de comentários no rascunho revisado – 2 semanas

Conclusão pela Justiça Global/Omega

Documentação

Todas as fontes serão documentadas. Sempre que possível, o material usado como fonte será enviado para uma pasta compartilhada *online*. Caso sejam realizadas entrevistas, as anotações/gravações também deverão ser enviadas para a pasta compartilhada com a Justiça Global e a Omega.



Coordenação da Pesquisa

Coordenadores do Projeto de Pesquisa: Isabel Lima (Justiça Global) e Matthew McEvoy (Omega Research Foundation)

Experiência e Qualificações essenciais

Experiência de trabalho no campo dos direitos humanos, relacionada a espaços de privação de liberdade brasileiros;

Experiência com planejamento e condução de pesquisas;

Habilidade comprovada de escrever e expressar pensamentos e posições de forma objetiva, sucinta e precisa em português;

Experiência em análise e avaliação da legislação nacional e diretrizes políticas;

Conhecimento dos padrões de direitos humanos a respeito do uso de força.

Prazo

O/a pesquisador/a será contratado/a pelo período de 3 meses (maio a julho de 2020).

Remuneração

O valor bruto total de remuneração da consultoria é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em 3 parcelas mediante a entrega e aprovação dos produtos definidos.

Candidaturas

As/os interessadas/os devem enviar a documentação indicada abaixo para o email contato@global.org.br (assunto: "Processo seletivo consultoria") até o dia 10 de abril de 2020.

Documentos a serem enviados:

- Currículo
- Carta de apresentação de no máximo uma lauda

